



CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS e REQUISITOS DE ADMISSÃO

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal de Porteiras fica autorizado a disponibilizar o transporte de estudantes universitários residentes no Município de Porteiras e matriculados em instituições de ensino superior situadas na cidade Juazeiro do Norte e Crato, ambas no Estado do Ceará.

§ 1º - Os estudantes matriculados em cursos universitários interessados no transporte escolar fornecido pelo Município de Porteiras deverão procurar a Secretaria Municipal de Educação, nas datas previamente definidas em edital, munidos com os seguintes documentos:

- I- Cópia da Carteira de Identidade e CPF do aluno universitário;
- II- Comprovante de residência atualizado, sendo atendido pela conta mensal de energia elétrica ou documento hábil a comprovar a residência fixa do interessado;
- III- Comprovante de matrícula em instituição de ensino superior em universidade ou faculdade situada em qualquer das cidades tratadas no *caput* deste artigo;
- IV- Comprovante de frequência mínima de 80% (oitenta por cento) no curso matriculado, referente ao exercício anterior, sendo tal exigência somente para os estudantes já matriculados a época da publicação da presente lei;
- V- Comprovação de que o curso para o qual o estudante está matriculado é autorizado pelo Ministério da Educação - MEC;
- VI - duas fotos 3 x 4 recentes;
- VII - preencher o formulário de requerimento de outorga do transporte universitário de que trata o Anexo I desta Lei;
- VIII - assinar o termo de compromisso de que alude o Anexo II desta Lei.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal e/ou a Secretaria Municipal de Educação, caso julguem necessário, poderão requisitar ao estudante inscrito novos documentos ou documentos complementares não previstos nesta lei.



Lei Municipal nº 462, de 04 de fevereiro de 2015.

EMENTA: Regulamenta o Transporte Escolar dos Universitários do Município de Porteiras e dá outras providências correlatas.

Faço saber que a Câmara Municipal de Porteiras, Estado do Ceará, em sessão ordinária realizada no dia 23 de janeiro de 2015, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º - A presente lei regulamenta o transporte escolar destinado aos alunos de ensino superior.

§ 1º - O transporte escolar fornecido pelo Município de Porteiras, conforme tratado na presente lei, refere-se somente ao transporte fornecido por veículos de propriedade do Município, ficando vedado o transporte escolar por meio de ajuda financeira.

§ 2º - O transporte escolar destinado a atender aos alunos de ensino superior será concedido em atenção às possibilidades econômicas e financeiras do Município de Porteiras.

§ 3º - O benefício previsto nesta Lei não será concedido a estudantes do ensino médio, cursinhos de pré-vestibular ou preparatórios para concursos públicos, curso pós-médio, complementação ou extensão pedagógica, pós-graduação, mestrado ou doutorado.

§ 4º - Não farão jus aos benefícios desta lei, os estudantes matriculados em cursos superior que recebam, de outro órgão, ajuda de custo, seja de forma parcial ou integral para custeio de transporte escolar.

§ 5º - Os benefícios de que trata esta lei, não será concedido nos períodos de recesso escolar.

§ 3º - Os requerimentos dos estudantes, serão submetidos à análise do Chefe do Poder Executivo Municipal, depois de prévio parecer da assessoria jurídica quanto a constitucionalidade e legalidade.

CAPÍTULO III DA EXCLUSÃO

Art. 3º - O estudante perderá automaticamente o benefício caso comprovada as seguintes hipóteses:

I- Informação falsa ou inverídica no momento do cadastro;
II- Faltas e/ou ausências injustificadas que atinjam mais de 20% (vinte por cento);

III- Desligamento do curso ou trancamento de matrícula.

Parágrafo Único - O estudante que se enquadrar dentre uma das hipóteses acima previstas não poderá promover novo cadastro ou se inscrever em momento futuro pleiteando novamente o benefício.

Art. 4º - A obtenção do benefício de que trata esta lei para determinado exercício financeiro, não resulta em direito adquirido para o beneficiário para os exercícios financeiros subsequentes.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ESTUDANTES

Art. 5º - É direito do estudante universitário:

I - Beneficiar-se dos serviços do transporte universitário.

Art. 6º - São obrigações dos estudantes:

I - Comparecer às reuniões para as quais sejam convocados;

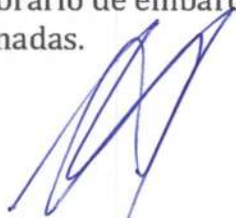
II - Respeitar as decisões do(a) Secretário(a) da Educação;

III - Apresentar a Secretaria de Educação qualquer irregularidade verificada;

IV- Prestar esclarecimento quando for solicitado;

V - respeitar o motorista e demais colegas usuários do ônibus;

VI - respeitar o horário de embarque e desembarque, bem como as paradas previamente designadas.



CAPITULO V DAS PENALIDADES

Art. 7º - As penalidades consistem em:

- I - Advertência;
- II - Expulsão.

§ 1º - Entende-se por advertência a comunicação escrita aos infratores que desobedecerem a normas legais e de convivência social, e será aplicada no caso de prática de qualquer ato infracional previsto nesta Lei e nas regras de convivência social.

§ 3º - Entende-se por expulsão, como a exclusão definitiva do quadro do TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO, perdendo todos os direitos, aplicável no caso de reincidência infracional e depois da advertência.

Art. 8º - As penalidades serão impostas após singelo procedimento administrativo, garantindo-se ao suposto infrator o direito de defesa.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 9º - É terminantemente proibido:

- I - aplicar trotes de qualquer natureza dentro do ônibus destinado aos universitários;
- II - levar acompanhantes nas viagens;
- III - fazer festinhas ou qualquer tipo de confraternização que comprometa a atenção do motorista ou a tranquilidade dos demais usuários;
- IV - transportar, ingerir ou entrar com bebidas alcoólicas no ônibus;
- V - fumar dentro do ônibus;
- VI - rabiscar, pichar ou causar qualquer tipo de dano ao veículo;
- VII - brigar, agredir, incitar ou proceder de forma ofensiva a outros estudantes ou ao motorista;
- VIII - praticar atos obscenos no ônibus;

IX - trocar de itinerário sem formulação de pedido de cancelamento e requisição de vaga no veículo dos outros itinerários não previamente fixados pela administração pública;

X - solicitar paradas foras dos pontos de itinerário ou alteração do trajeto;

XI - colocar parte do corpo para fora do ônibus;

XII - quando estiverem dentro do ônibus se dirigir as pessoas que circulam nas vias;

XIII - arremessar objetos fora do ônibus;

XIV - conversar com o motorista, falando somente o necessário, de forma a não tirar sua atenção no trânsito;

XV - deixar de usar o cinto de segurança durante o trajeto;

XVI - utilizar-se do ônibus enquanto embriagado;

XVII - utilização de celulares sem fone de ouvidos, bem como o uso de caixas de som durante todo o percurso.

CAPÍTULO VII DAS DESPESAS

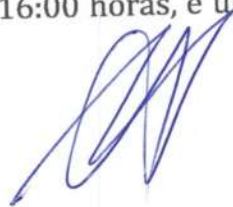
Art. 10 - As despesas visando atender esta Lei correrão por conta do orçamento vigente municipal, ficando, de logo, o Poder Executivo autorizado a SUPLEMENTAR o orçamento vigente até o limite global da despesa.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 11 - Os veículos destinados ao transporte escolar de universitários circularão somente nos dias letivos, sem deslocamento no período de AVFS, aulas extras, cursos, congressos ou similares.

Art. 12 - O ônibus terá as luzes desligadas após 10 (dez) minutos do início do tráfego.

Art. 13 - Os ônibus a serem utilizados no transporte de universitários sairão da Praça da Liberdade, situada no centro de Porteiras, de segunda a sexta-feira, dois, às 16:00 horas, e um, no horário matutino, saindo às 05:00 horas.





§ 1º - Os veículos, durante o percurso, farão paradas no Sítio Areia Branca em frente ao Posto de Saúde, entrada do sítio Moreira, confluência da CE 397, Escola do sítio Abreus, Escola Miguel Laurentino, em frente ao corredor que a CE 397 a fábrica de sabão, no canal do cinturão das águas confluência com a CE 397, Escola Beatriz Pinheiro da Costa, ainda na CE 397, e na cidade de Brejo Santo - Ceará.

§ 2º - Os roteiros dos ônibus serão os seguintes:

- a) Um dos ônibus do período noturno e o do período matutino seguem para a Faculdade Leão Sampaio, Campus Lagoa Seca, Campus Saúde, Faculdade Paraíso e Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN, onde permanecerá parado, sendo este último o ponto de partida/retorno, que deverá observar o mesmo roteiro;
- b) O outro ônibus do período noturno seguirá para a Faculdade Leão Sampaio, campus Crajubar, na cidade de Juazeiro do Norte, seguindo, em seguida para a Universidade Regional do Cariri - URCA, na cidade de Crato - Ceará, onde se fixará como ponto de parada, devendo ser observado o mesmo trajeto quando do retorno.

§ 3º - O horário de saída dos ônibus, quando do retorno, será impreterivelmente, às 12:00 horas, quanto ao veículo do período matutino, e às 22:20 horas relativos aos do período noturno, sem qualquer tolerância.

Art. 14 - Eventuais omissões necessárias para o fiel cumprimento desta lei poderão ser regulamentadas por decreto.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Porteiras, Estado do Ceará, aos quatro (04) dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze (2015).

Manoel Novais Miranda
Prefeito Municipal



Lei Municipal nº 462, de 04 de fevereiro de 2015.

ANEXO I
REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Porteiras,

NOME:			
CURSO:			
CPF:			IDENTIDADE:
ESTDO CIVIL:			PROFISSÃO:
ENDEREÇO	Rua (Av) _____, nº _____, Bairro(Sítio) _____, Cidade: _____ UF: _____.		
Objeto:			
Decisão:			

Porteiras(CE), ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Aluno Universitário

Rua mestre Zuca, 16, Centro, Porteiras – CE
C.N.P.J. 07.654.114/0001-02

Lei Municipal nº 462, de 04 de fevereiro de 2015.

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO Nº _____/20____

De um lado, _____, ora denominado(a) de ESTUDANTE, pessoa física, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) _____, nesta cidade de Porteiras - Ceará, matriculado(a) no Curso de _____.

Do outro lado, O MUNICÍPIO DE PORTEIRAS, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 07.654.114/0001-02, com sede administrativa na rua Mestre Zuca, s/n, nesta cidade de Porteiras, por seu Prefeito MANOEL NOVAIS MIRANDA, brasileiro, casado, odontólogo, domiciliado no mesmo endereço, doravante denominado de MUNICÍPIO.

1. DO MUNICÍPIO

- a) O MUNICÍPIO, com fundamento em lei local autorizativa e demais regulamentos expedidos ou a ser(em) expedido(s), disponibilizará a(o) ESTUDANTE, no período previsto de aula para o calendário escolar universitário do ano de _____ uma poltrona/banco no veículo que realizará o transporte escolar de estudantes universitário para a cidade de _____.
- b) O MUNICÍPIO não se responsabilizará por objetos esquecidos dentro do veículo.

2. DO ESTUDANTE

- a) Utilizar-se do veículo posto à sua disposição na forma prevista na legislação e em conformidade com as regras normais de convivência social;



- b) Em caso de desistência do curso, ou outro motivo que conduza a sua não mais utilização, deverá comunicar imediatamente por escrito à Secretaria de Educação para que viabilize a disponibilização da vaga para outro estudante universitário;
- c) Cumprir as condições impostas na legislação municipal e demais instrumentos legais aplicáveis ao caso, sob as penalidades da lei.
- d) DECLARA expressamente conhecer a legislação municipal, bem como as penalidades em caso de desobediência ou prática de conduta proibida.

Porteiras(CE), _____ de _____ de 20____



Manoel Novais Miranda
Prefeito Municipal

Nome do Aluno Universitário
Estudante

Testemunhas:

1) _____
CPF nº _____

2) _____
CPF nº _____